



CONAB

**CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE
ABASTECIMENTO**

Assistente de Contabilidade

EDITAL Nº 001/2025 – CONAB

**CÓD: OP-116MR-25
7908403571864**

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e reescrita de textos e de fragmentos de textos, com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas	9
2. Tipologia e gênero textual	16
3. Coesão e coerência	17
4. Ortografia oficial	18
5. Acentuação gráfica.....	19
6. Pontuação	20
7. Formação, classe e emprego de palavras; Transitividade verbal	21
8. Significação de palavras	28
9. Período composto por coordenação e subordinação	31
10. Concordância nominal e verbal	35
11. Regência nominal e verbal.....	37
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	38
13. Colocação pronominal	39
14. Ambiguidade na construção do texto	40
15. Produção textual utilizando a norma culta	44
16. Redação Oficial	48

Noções de Matemática e Raciocínio Lógico

1. Compreensão de estruturas lógicas. Tabela verdade	67
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	69
3. Diagramas lógicos	73
4. Fundamentos de matemática	74
5. Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações.....	80

Noções Básicas de Informática

1. Conceitos Fundamentais - Definição de computador, Componentes básicos do computador (hardware e software) e Tipos de computadores.....	91
2. Hardware - Principais componentes de hardware. Dispositivos de entrada e saída. Armazenamento de dados. Software - Tipos de software (software de sistema, software de aplicação). Conceitos de instalação e remoção de software.....	92
3. Sistema operacional Windows 10 e 11. Gerenciamento de arquivos e pastas. Configurações básicas do sistema operacional	93
4. Redes de Computadores - Conceitos básicos de redes (LAN, WAN, internet). Dispositivos de rede (roteadores, switches, modems). Protocolos de rede.....	99
5. Suíte de Escritório - Programas de processamento de texto. Planilhas eletrônicas. Apresentações.....	106
6. Internet e Serviços Online - Navegadores de internet e motores de busca. Segurança na internet	114
7. Serviços de e-mail	122
8. Gerenciamento de e-mails e calendários.....	123
9. Conceitos de Segurança da Informação - Proteção de dados pessoais. Principais ameaças (vírus, malware, ransomware). Medidas de prevenção (senhas fortes, criptografia). Práticas de Uso - Boas práticas no uso do computador.....	125

Conhecimentos Transversais

1. Plano de Transformação ecológica	135
2. Mudanças climáticas	137
3. Acordos do Clima	139
4. Descarbonização	142
5. Desenvolvimento sustentável	146
6. Segurança alimentar e nutricional	147
7. Agricultura familiar	150
8. Política social de abastecimento de alimentos do Governo Federal.....	153
9. Transformação digital nos serviços públicos	155
10. Governo Digital: Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021	158
11. Estratégia Nacional de Governo Digital – Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024 e suas alterações	166
12. Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (Decreto nº 12.308, de 11 de dezembro de 2024 e suas alterações)	167
13. Plataforma GOV.BR - Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016	169
14. Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP)	170
15. Assinatura Eletrônica - Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 e Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020	174
16. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e alterações	179

Conhecimentos Específicos

Assistente de Contabilidade

1. Contabilidade Geral: princípios fundamentais da Contabilidade; estrutura conceitual da Contabilidade	199
2. contas e planos de contas; fatos e lançamentos contábeis	201
3. procedimento de escrituração contábil	202
4. apuração do resultado do exercício; elaboração, estruturação e classificação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício de acordo com a Lei nº 6.404 de 1976	204
5. Contabilização de operações contábeis diversas; Juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária e cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de ben	209
6. Análise e conciliações contábeis: Composição de contas, análise de contas, conciliação bancária	211
7. Balancete de verificação: Modelos e técnicas de elaboração	212
8. Balanço patrimonial: Objetivo e composição	213
9. Demonstração de resultado de exercício: Objetivo e composição	214
10. Análise das Demonstrações Financeiras; Análise vertical estática e dinâmica; Análise horizontal, conversão de valores nominais e reais	215
11. Análise Contábil: Objetivos, limitações, clientela, cuidados prévios, preparação dos demonstrativos contábeis	220
12. Análise por quocientes: Liquidez, solvência, endividamento, garantia de capitais de terceiros, imobilizações, rotação de valores, rentabilidade	224

Conteúdo Digital

Noções De Políticas Públicas E Legislação Aplicada À Conab

1. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991	3
2. Lei nº 8.174, de 30 de janeiro de 1991	12
3. Lei nº 8.427, de 1992	13
4. Decreto nº 11.820/2023 - Institui a Política Nacional de Abastecimento Alimentar - PNAAB e dispõe sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar	15
5. Portaria MDA nº 49, de 16/10/2024 - Institui o Primeiro Plano Nacional de Abastecimento Alimentar - 2025/2028.....	18
6. Decreto nº 7.794/2012 - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	18
7. Portaria Interministerial MDA/SGPR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 02/10/2024 - Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo, para o período de 2024 a 2027	22
8. Programa e a Plataforma Agro Brasil + Sustentável (portaria MAPA nº 745, de 20 de dezembro de 2024)	23
9. Estatuto Social	24
10. Código de Conduta Ética e Integridade da Conab.....	25

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E REESCRITA DE TEXTOS E DE FRAGMENTOS DE TEXTOS, COM DOMÍNIO DAS RELAÇÕES MORFOSSINTÁTICAS, SEMÂNTICAS, DISCURSIVAS E ARGUMENTATIVAS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

- Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

- Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

- Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia

das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

- Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

- Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

— Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica impli-

cita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

– Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- **Pronomes pessoais:** Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

NOÇÕES DE MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS. TABELA VERDADE

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro *Discurso do Método* de René Descartes, encontramos a afirmação: “(1ª parte): “...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.”

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de **argumento**, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

I – De duas premissas negativas, nada se conclui;

II – De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;

III – A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;

IV – De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição:

I – Tem sujeito e predicado;

II – É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);

III – Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

I – Princípio da não contradição: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

II – Princípio do terceiro excluído: toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima. São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

TABELAS VERDADE

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

1. Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

A água é uma substância não polar.

A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

2. Conectivo $\wedge$:

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : o aminoácido fenilalanina é apolar.

$p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Conectivo $\vee$:

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

$p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo $\rightarrow$); ...se, e somente se, ... (símbolo $\leftrightarrow$).

4. Condicional $\rightarrow$

O condicional $\rightarrow$ colocado entre p e q , obtém-se uma nova proposição $p \rightarrow q$, que se lê: se p então q , ' p é condição necessária para q ' e ' q é condição suficiente para p '

p é chamada antecedente e q é chamada de consequente.

Exemplos:

p : o colesterol é apolar.

q : o colesterol penetra a bicamada lipídica.

$p \rightarrow q$: se o colesterol é apolar, então o colesterol penetra a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a condicional $\rightarrow$

Axioma: o condicional $p \rightarrow q$ é falsa somente quando p é verdadeira e q é falsa, caso contrário, $p \rightarrow q$ é verdadeira.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

5. Bicondicional $\leftrightarrow$

O bicondicional $\leftrightarrow$ colocado entre p e q , obtém-se uma nova proposição $p \leftrightarrow q$ que se lê: p se, somente se, q , ' q é condição necessária e suficiente para p ' e 'se p , então q e reciprocamente'.

Exemplos:

p : o colesterol é uma substância apolar.

q : o colesterol não é solúvel em água.

$p \leftrightarrow q$: o colesterol é uma substância apolar se, e somente se, o colesterol não é solúvel em água.

Tabela-verdade para a bicondicional $\leftrightarrow$

Axioma: o bicondicional $\leftrightarrow$ é verdadeiro somente quando p e q são ambas verdadeiras ou ambas são falsas.

p	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

EQUIVALÊNCIAS

O nome equivalência deriva de igualdade ou coisas que se equivalem, e dentro de coisas, entenda-se também, raciocínio.

Em termos de lógica, se duas proposições possuem o mesmo resultado para suas tabelas-verdade, elas são ditas equivalentes e se escreve $p=q$. o caso mais simples se verifica na negação da negação de uma proposição, i.e., $\sim(\sim p)$. como exemplo veja a tabela-verdade abaixo.

p	q	$p \vee q$	$\sim(p \vee q)$	$\sim p \wedge \sim q$
V	V	V	F	F
V	F	V	F	F
F	V	V	F	F
F	F	F	V	V

Logo, $\sim(p \vee q)$ e $\sim p \wedge \sim q$, são proposições equivalentes.

Temos, dentro do raciocínio lógico as equivalências básicas cujas deduções são lógicas e diretas:

I – $p \wedge p = p$

II – $p \vee p = p$

III – $p \wedge q = q \wedge p$

IV – $p \vee q = q \vee p$

Para mostrar a lógica simples das sentenças acima, pense que, para (I), se algo escrevermos que *estudar matemática é bom* e que *estudar matemática é bom*, logicamente, deduzimos que *estudar matemática é bom!!*

Leis de Morgan

Dentro das equivalências, existem as equivalências ou leis de De Morgan, que se referem às negações das proposições do tipo *negação da conjunção* e sua equivalência com a disjunção, assim como *negação da disjunção* e sua equivalência com a conjunção, como segue:

$$\sim(p \wedge q) = \sim p \vee \sim q$$

$$\sim(p \vee q) = \sim p \wedge \sim q$$

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES

A retórica é um conjunto de técnicas para persuadir através do discurso ou o estudo e a prática da argumentação.

O conjunto de técnicas implica em conhecimentos teóricos e práticas para atingir um objetivo.

A retórica se refere às técnicas que permitem persuadir ou convencer através do discurso, que tem como intuito, convencer unicamente através do uso da palavra.

A obra Retórica, de Aristóteles contém as bases do raciocínio retórico como argumentativo. De acordo com Aristóteles, a retórica parece ser capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a cada assunto.

A retórica, defende Aristóteles, é aplicável a qualquer assunto, apesar de não ter um objeto determinado, exerce-se num âmbito muito definido, o âmbito do discurso feito em público com fins persuasivos.

Aristóteles distingue três espécies de discurso público:

I – O discurso deliberativo ou político, que decorre numa assembleia ou conselho e visa mostrar a vantagem ou desvantagem de uma ação, é exortativo;

II – O discurso judicial ou forense, que decorre perante um tribunal e visa mostrar a justiça ou injustiça do que foi feito, é de acusação ou de defesa;

III – E o discurso demonstrativo, que se destina a louvar ou a censurar uma pessoa ou coisa, mostrando a virtude ou defeito.

A Retórica é, para Aristóteles, uma arte que o orador pode aperfeiçoar. Para isso, dispõe de meios de persuasão, técnicos e determina-se a partir de três domínios distintos e constituem-se igualmente em três tipos de estratégias argumentativas.

São elas:

1 – O **ethos**: que remete para o carácter do orador;

2 – O **pathos**: que implica o estado emocional do auditório despertado pelo orador;

3 – O **logos** [argumento]: que assenta na própria argumentação.

Citamos os três tipos para satisfazer a curiosidade e trazer mais erudição ao texto, mas o que interessa para os concursos relacionados ao ensino médio, é o caso 3.

No caso 1 obtém-se a persuasão quando o próprio discurso e a notoriedade causam, nos ouvintes, a impressão de que o orador é digno de confiança. Para inspirar confiança, o orador deve mostrar inteligência e racionalidade, um carácter virtuoso, disposição e gostar do que está fazendo.

No caso 2 obtém-se a persuasão quando o próprio discurso suscita nos ouvintes sensação receptiva.

No caso 3 obtém-se a persuasão por meio de argumentos verdadeiros ou prováveis que levam os ouvintes e/ou leitores, a acreditar que a perspectiva do comunicador é correta. Uma estratégia centrada no logos (os argumentos e a sua apresentação) é dirigida à racionalidade do auditório.

Nesse caso a retórica é a ferramenta para o uso de argumentos lógicos no sentido de convencer pela verdade ou tautologia das premissas e conclusões em várias etapas. Se houver má intenção, pode-se usar argumentos falaciosos (explicado à frente).

Analogias

É uma característica do gênero humano observar objetos e compará-los, é esse o modo de aprendizagem mais simples. Observa-se e se busca algo semelhante na memória, se não encontra, ocorre um novo aprendizado. A ciência evoluiu buscando modelos para representar a realidade, lembre-se de modelos atômicos. Nem sempre os modelos representam bem a realidade, no caso dos modelos atômicos, os cientistas do início do século XX diziam que um manequim de loja representava mais o ser humano do que o modelo atômico representava o átomo!

De qualquer modo, foi uma analogia, i.e., uma comparação entre objetos, casos, raciocínios, realidade e sua representação. Voltando ao caso do átomo, o primeiro modelo atômico moderno, o de Dalton, era comparado, analogamente, a bolas de bilhar.

Em termos de raciocínio, a analogia é um ponto inicial do raciocínio lógico via comparação. O que se busca é um ponto de comparação como semelhanças entre termos, objetos. No senso comum, diz-se que “nem Freud explica” como analogia a alguma coisa cuja explicação é muito difícil em termos de comportamento. Veja que a poesia usa muito as analogias em sua construção, como no poema Canção do exílio de Gonçalves Dias, cuja estrutura tem como a analogia entre o seu local de prisão e a pátria que ele amava, o Brasil; se divirta lendo o poema e percebendo as analogias, que, no caso de nosso estudo devem ser lógicas!

Canção do exílio

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá;
As aves, que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.
Em cismar, sozinho, à noite,
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Minha terra tem primores,

Que tais não encontro eu cá;
Em cismar —sozinho, à noite—
Mais prazer eu encontro lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que disfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras,
Onde canta o Sabiá.
(Gonçalves Dias)

Inferências

Se uma analogia é verificada e condiz com a realidade/verdade, pelo menos em boa parte, pode-se fazer uma inferência sobre um fenômeno ou raciocínio. A inferência ou ilação é um processo lógico-racional em que se afirmam uma verdade de uma proposição após verificada sua analogia com outras proposições ou raciocínios.

É, em raciocínio lógico, a conclusão de uma tautologia (ver a frente). Enquanto a analogia é uma verificação que não permite uma conclusão, a inferência é a conclusão a partir de premissas cujo resultado é uma verdade, de tal modo que se pode usar os termos similares como implicação e consequência para se referir a uma inferência.

Boa parte dessa apostila se refere às inferências, desse modo, se atente para os conceitos básicos durante seu estudo.

Deduções e conclusões

A dedução ou raciocínio dedutivo parte de dados gerais se referindo ao máximo de elementos de um conjunto, mas termina com uma proposição particular, uma conclusão, que se refere à uma parte do conjunto. Esse é o raciocínio típico das ciências exatas.

Se temos uma equação quadrática qualquer, do tipo $y = x^2 - x - 12$, para obtermos as raízes, valores em que $y = 0$, deduzimos os valores pelo algoritmo de Bhaskara, i.e., concluímos com o resultado a partir da fórmula geral, $x_1 = 4$, $x_2 = -3$.

A partir de premissas, a conclusão é a dedução das premissas, o que Aristóteles chamou de silogismo, que é derivado óbvio das premissas, não ultrapassa o limite que elas impõem, i.e., não fere algo novo fora do escopo das premissas.

Podemos entender o citado acima via estrutura de silogismo:

Todo número ímpar é derivado da fórmula $2n+1$, tal que n

$\in \mathbb{N}$;

O número 133 é ímpar;
Logo, $133 = 2 \times 66 + 1$.

Veja que a dedução se limitou às premissas, mas é algo particular delas, diferente da indução ou raciocínio indutivo em que de informação particular se chega a informações gerais, tipo do raciocínio das ciências humanas e biológicas.

Por exemplo, a partir do osso de um indivíduo extinto é possível reconstruir o animal todo devido aos dados que esse osso, em particular, oferece, como espessura, comprimento.

NOÇÕES BÁSICAS DE INFORMÁTICA

CONCEITOS FUNDAMENTAIS - DEFINIÇÃO DE COMPUTADOR, COMPONENTES BÁSICOS DO COMPUTADOR (HARDWARE E SOFTWARE) E TIPOS DE COMPUTADORES

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

FUNDAMENTOS DE INFORMÁTICA

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDS), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

– **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

TIPOS DE COMPUTADORES

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

– **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

– **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

– **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

– **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

– **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

HARDWARE - PRINCIPAIS COMPONENTES DE HARDWARE. DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA. ARMAZENAMENTO DE DADOS. SOFTWARE - TIPOS DE SOFTWARE (SOFTWARE DE SISTEMA, SOFTWARE DE APLICAÇÃO). CONCEITOS DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE SOFTWARE

HARDWARE

O hardware é a parte física do computador, composta por todos os componentes e dispositivos que podem ser tocados, como placas, cabos, memórias, dispositivos de entrada e saída, entre outros. Ele é dividido em várias categorias com base em sua função: componentes internos, dispositivos de entrada, dispositivos de saída e dispositivos de armazenamento.

Componentes Internos

– **Placa-mãe (Motherboard):** É o principal componente do computador, responsável por conectar todos os outros dispositivos. Ela contém slots para o processador, memória RAM, discos de armazenamento e placas de expansão.

– **Processador (CPU - Central Processing Unit):** Conhecido como o “cérebro” do computador, o processador executa as instruções dos programas e realiza cálculos. Ele é dividido em:

- **Unidade de Controle (UC):** Gerencia a execução das instruções.

- **Unidade Lógica e Aritmética (ULA):** Realiza cálculos matemáticos e operações lógicas.

– **Memória RAM (Random Access Memory):** Uma memória volátil e temporária usada para armazenar dados dos programas em execução. Perde seu conteúdo ao desligar o computador.

– **Memória ROM (Read Only Memory):** Uma memória não volátil que armazena instruções permanentes, como o BIOS, essencial para inicializar o computador.

– **Memória Cache:** Uma memória extremamente rápida que armazena dados frequentemente usados pelo processador, acelerando o desempenho.

– **Placa de Vídeo (GPU - Graphics Processing Unit):** Responsável por processar imagens e vídeos, essencial para gráficos avançados e jogos.

– **Fonte de Alimentação:** Fornece energia elétrica para todos os componentes do computador.

– **Placa de Rede:** Permite a conexão do computador a redes locais ou à internet, podendo ser com fio ou sem fio.

Dispositivos de Entrada

– **Teclado:** Permite inserir informações no computador através de teclas.

– **Mouse:** Facilita a interação com interfaces gráficas.

– **Microfone:** Capta áudio para comunicação ou gravação.

– **Scanner:** Converte documentos físicos em arquivos digitais.

– **Webcam:** Captura imagens e vídeos.

Dispositivos de Saída

– **Monitor:** Exibe imagens, vídeos e informações ao usuário.

– **Impressora:** Produz cópias físicas de documentos ou imagens.

– **Caixas de Som/Fones de Ouvido:** Reproduzem áudio.

– **Projetores:** Apresentam imagens ou vídeos em grandes superfícies.

Dispositivos de Entrada e Saída (I/O)

Alguns dispositivos desempenham as duas funções:

– **Pen Drives:** Permitem armazenar dados e transferi-los.

– **Touchscreen:** Combina entrada (toque) e saída (exibição).

– **Impressoras Multifuncionais:** Funcionam como scanner e impressora.

Dispositivos de Armazenamento

– **HD (Hard Disk):** Um disco magnético usado para armazenar grandes quantidades de dados de forma permanente.

– **SSD (Solid State Drive):** Uma unidade de armazenamento mais rápida e resistente que o HD, usada para maior desempenho.

– **Memórias Externas:** Incluem pen drives, cartões de memória e discos rígidos externos.

– **Mídias Ópticas:** CDs, DVDs e Blu-rays, que armazenam dados de forma durável.

– **CD (Compact Disc):** Armazena até 700 MB de dados.

– **DVD (Digital Versatile Disc):** Armazena entre 4,7 GB (camada única) e 8,5 GB (duas camadas).

– **Blu-ray:** Armazena até 25 GB por camada.

SOFTWARE

O software é a parte lógica do computador, composta pelos programas que permitem a execução de tarefas e o funcionamento do hardware. Ele é classificado em software de sistema, software de aplicação e software utilitário.

Software de Sistema

O software de sistema gerencia os recursos do computador e serve como interface entre o hardware e o usuário. O principal exemplo é o sistema operacional (SO). O SO controla todos os dispositivos e fornece uma plataforma para a execução de programas. Exemplos incluem:

– **Windows:** Popular em computadores pessoais e empresariais.

– **Linux:** Sistema operacional de código aberto, amplamente utilizado em servidores e por usuários avançados.

– **macOS:** Exclusivo para computadores da Apple.

– **Android e iOS:** Sistemas operacionais para dispositivos móveis.

Software de Aplicação

O software de aplicação é projetado para ajudar os usuários a realizar tarefas específicas. Exemplos incluem:

– **Microsoft Office:** Ferramentas como Word, Excel e PowerPoint.

– **Navegadores de Internet:** Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari.

– **Softwares Gráficos:** Adobe Photoshop e CorelDRAW.

– **Jogos:** Programas interativos voltados para entretenimento.

Software Utilitário

Os softwares utilitários são usados para realizar tarefas de manutenção e otimização do sistema. Exemplos:

– **Antivírus:** Protegem o computador contra malware.

– **Gerenciadores de Arquivos:** Auxiliam na organização e manipulação de arquivos.

– **Compactadores de Arquivos:** Como WinRAR e 7-Zip, que reduzem o tamanho dos arquivos.

Instalação de Software

A instalação consiste em copiar e configurar os arquivos necessários para que um programa funcione corretamente no sistema. Isso pode ser feito de diferentes formas:

– **Instaladores:** A maioria dos programas é distribuída por meio de arquivos executáveis (.exe no Windows, .dmg no macOS, .deb ou .rpm no Linux), que automatizam a instalação.

– **Loja de Aplicativos:** Sistemas como Windows (Microsoft Store), Android (Google Play) e iOS (App Store) oferecem plataformas seguras para baixar e instalar programas.

– **Instalação Manual:** Em alguns casos, o usuário precisa descompactar arquivos e configurar pastas e permissões manualmente, mais comum em softwares de código aberto.

Remoção de Software

A remoção, também chamada de desinstalação, é o processo de excluir um programa do sistema. Isso deve ser feito corretamente para evitar que arquivos desnecessários permaneçam ocupando espaço ou causando erros. As formas mais comuns são:

– **Painel de Controle (Windows):** Através da opção “Programas e Recursos”, o usuário pode selecionar e remover programas instalados.

– **Arrastar para a Lixeira (macOS):** Em muitos casos, basta arrastar o aplicativo para a lixeira, embora alguns arquivos possam permanecer no sistema.

– **Gerenciadores de Pacotes (Linux):** Distribuições Linux utilizam comandos como apt remove ou yum remove para remover softwares via terminal.

– **Aplicativos de Terceiros:** Existem programas específicos para realizar desinstalações completas, como Revo Uninstaller, que também limpam registros e arquivos residuais.

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 E 11. GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS E PASTAS. CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA OPERACIONAL

WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos híbridos. Ele oferece uma interface intuitiva e recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e a conectividade.

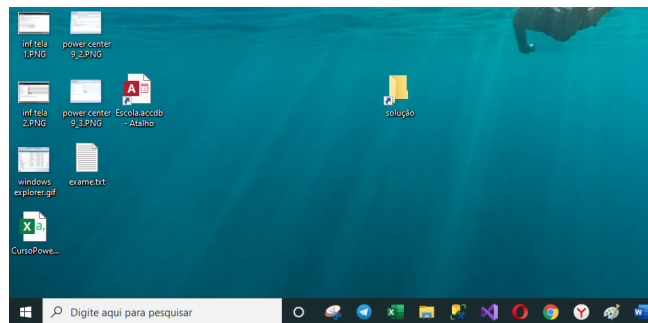
Área de trabalho

A área é o espaço principal de trabalho do sistema, onde você pode acessar atalhos de programas, pastas e arquivos. O plano de fundo pode ser personalizado com imagens ou cores sólidas, e os ícones podem ser organizados conforme sua preferência. Além disso, a barra de tarefas na parte inferior centraliza funções como:

– **Botão Iniciar:** acesso rápido aos aplicativos e configurações.
– **Barra de pesquisa:** facilita a busca de arquivos e aplicativos no sistema.

– **Ícones de aplicativos:** mostram os programas em execução ou fixados.

– **Relógio e notificações:** localizados no canto direito para visualização rápida.



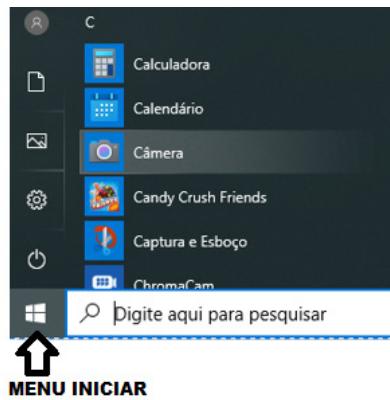
Uso dos menus

Os menus no Windows 10 são projetados para facilitar o acesso a diversas funções e aplicativos. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

– Uma lista dos programas instalados.

– Atalhos para aplicativos fixados.

– A barra de pesquisa, onde você pode digitar para localizar programas, arquivos e configurações de forma rápida.



Programas e interação com o usuário

Para entender melhor as funções categorizadas no Windows 10, vamos dividir os programas por categorias, explorando as possibilidades que cada um oferece para o usuário.

Música e Vídeo: O Windows Media Player é o player nativo do sistema, projetado para reproduzir músicas e vídeos, proporcionando uma experiência multimídia completa. Suas principais funcionalidades incluem:

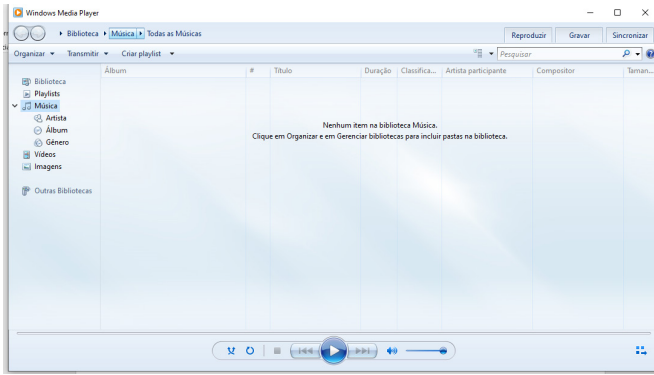
– **Organização de bibliotecas:** gerencie arquivos de música, fotos e vídeos armazenados no computador.

– **Reprodução de mídia:** toque músicas e vídeos em diversos formatos compatíveis.

– **Criação de playlists:** organize suas músicas em listas personalizadas para diferentes ocasiões.

– **Gravação de CDs:** transfira suas playlists para CDs de maneira prática.

– **Sincronização com dispositivos externos:** conecte dispositivos de armazenamento e transfira sua mídia facilmente.

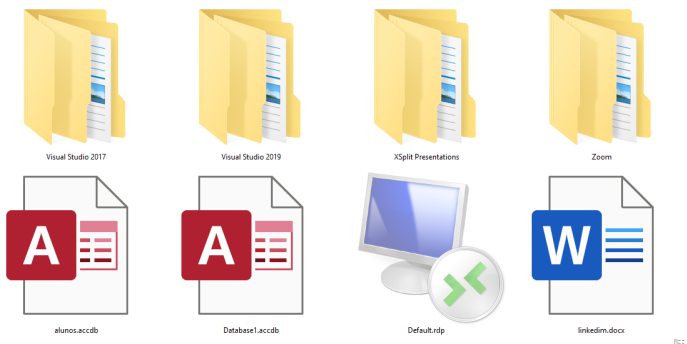


Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.



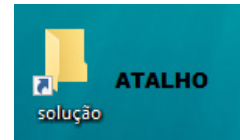
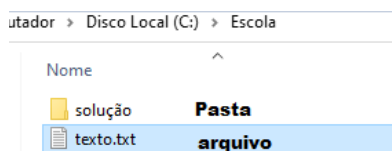
No caso da figura acima temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

– **Arquivo:** é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.

– **Atalho:** é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



Área de transferência

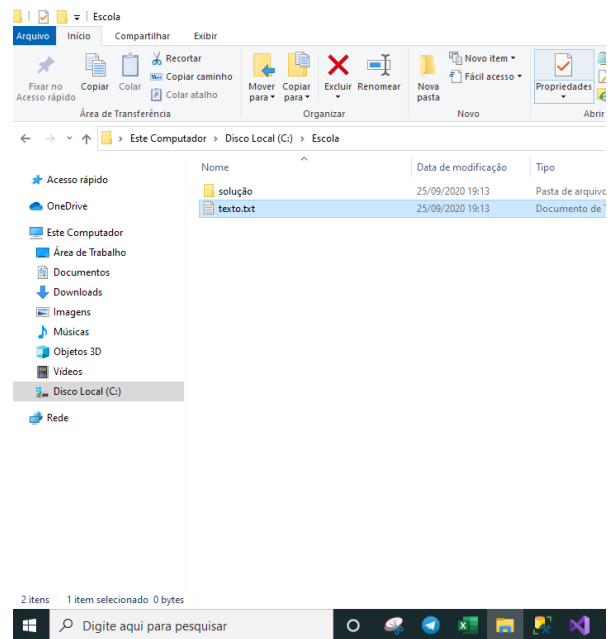
A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

– Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.

– Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

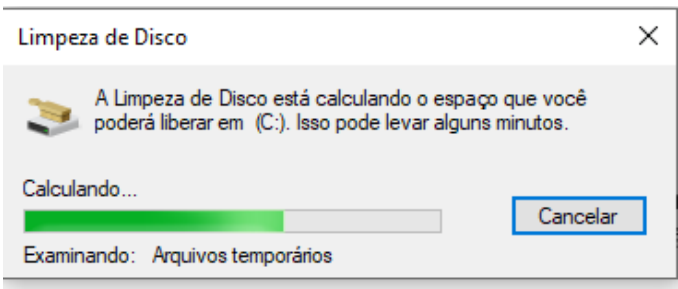
Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Ferramentas do sistema

– A limpeza de disco é uma ferramenta importante, pois o próprio Windows sugere arquivos inúteis e podemos simplesmente confirmar sua exclusão.



CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

O QUE É O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

► Conceito e origem da proposta

O Plano de Transformação Ecológica é uma estratégia do Governo Federal brasileiro voltada para o desenvolvimento sustentável, lançada com o objetivo de alinhar a economia nacional às exigências ambientais do século XXI. Trata-se de uma iniciativa transversal que busca transformar o modelo de desenvolvimento do país, promovendo uma economia de baixo carbono, inclusiva, justa e resiliente às mudanças climáticas.

Sua formulação está diretamente ligada aos compromissos assumidos pelo Brasil em acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e surge da necessidade de reposicionar o país diante da nova geopolítica ambiental e econômica global. O plano propõe uma mudança estrutural, não apenas setorial, articulando ações em diversas áreas como energia, agricultura, indústria, infraestrutura, educação e finanças sustentáveis.

► Fundamentos e princípios orientadores

O plano se baseia em três grandes pilares:

- **Justiça climática:** promove a equidade no acesso às oportunidades da transição ecológica, buscando reduzir desigualdades regionais, sociais e raciais.

- **Inovação tecnológica:** aposta em soluções sustentáveis que utilizem ciência, tecnologia e conhecimento tradicional para criar novos modelos de produção e consumo.

- **Desenvolvimento territorial sustentável:** incentiva ações integradas em nível local, respeitando as características e vocações de cada região brasileira.

Esses princípios orientam a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis, promovendo uma transição ecológica que não deixe ninguém para trás.

► Articulação com políticas públicas e metas internacionais

O plano não atua de forma isolada. Ele está alinhado a outros instrumentos de planejamento e desenvolvimento do governo, como:

- A Política Nacional sobre Mudança do Clima
- O Plano Plurianual (PPA)
- A Nova Indústria Brasil
- O Plano Safra Sustentável

Além disso, o plano contribui diretamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente aqueles relacionados à energia limpa, cidades sustentáveis, ação climática, vida terrestre e igualdade social.

Outro destaque é a integração com a política externa brasileira, que busca reposicionar o país como liderança global na pauta ambiental.

O plano também é uma resposta estratégica ao crescente movimento global de taxação de carbono e à exigência de cadeias produtivas mais sustentáveis por parte de mercados internacionais, como a União Europeia.

EIXOS ESTRUTURANTES DO PLANO

► Transição energética e matriz sustentável

Um dos pilares do plano é promover uma transição energética que leve à descarbonização da economia brasileira. O objetivo é fortalecer a matriz energética limpa, com foco em fontes renováveis como solar, eólica, biomassa e hidrogênio verde. O plano também prevê a modernização do setor elétrico e incentivos à eficiência energética em todos os setores produtivos.

Além de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, essa transição tem o potencial de gerar empregos verdes, atrair investimentos estrangeiros e aumentar a competitividade do país no cenário internacional. O Brasil, que já possui uma matriz relativamente limpa, pode se tornar líder global em energia verde.

► Agricultura sustentável e bioeconomia

A agricultura é tratada como parte da solução para a crise climática, e não como vilã. O plano propõe práticas agrícolas sustentáveis que aliem produção com conservação ambiental. Entre as estratégias, destacam-se:

- Ampliação do Plano Safra Sustentável
- Recuperação de pastagens degradadas
- Expansão da integração lavoura-pecuária-floresta
- Incentivos à agroecologia e à agricultura familiar

Outro ponto central é a valorização da bioeconomia, principalmente na Amazônia. Isso inclui o fomento a cadeias produtivas sustentáveis de produtos da sociobiodiversidade, respeitando saberes tradicionais e promovendo o desenvolvimento territorial sustentável.

► Infraestrutura resiliente e mobilidade limpa

O plano reconhece que infraestrutura é essencial para o desenvolvimento, mas propõe que ela seja planejada de forma sustentável. Isso inclui:

- Ampliação de obras com critérios de resiliência climática
- Redução de impactos ambientais em grandes projetos
- Investimento em transporte ferroviário e hidroviário
- Incentivos à mobilidade urbana limpa, com veículos elétricos e transporte coletivo eficiente

O objetivo é garantir que as novas obras estejam preparadas para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e contribuam para a redução de emissões no longo prazo.

► Educação ambiental e inclusão social

A transição ecológica só será possível com uma mudança cultural. Por isso, o plano destaca a importância da educação ambiental em todos os níveis de ensino, com enfoque prático e territorializado. A formação de uma consciência ecológica deve ser contínua e envolver também a capacitação técnica para o novo mercado de trabalho verde.

Além disso, o plano coloca a inclusão social como eixo central. Isso significa garantir que mulheres, pessoas negras, povos indígenas, juventudes e comunidades tradicionais participem ativamente da construção e implementação das políticas. É uma transição que precisa ser justa e democrática.

IMPACTOS ESPERADOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO

► Benefícios econômicos, sociais e ambientais

A implementação do Plano de Transformação Ecológica tem o potencial de gerar impactos profundos e positivos em diversas dimensões da sociedade brasileira. Em termos econômicos, espera-se a atração de investimentos nacionais e internacionais em tecnologias limpas, inovação e cadeias produtivas sustentáveis. Isso pode resultar na criação de milhares de empregos verdes, especialmente nos setores de energia renovável, mobilidade elétrica, reflorestamento e agricultura sustentável.

No campo social, o plano pode contribuir para a redução das desigualdades ao incluir populações historicamente marginalizadas no processo de transição, como comunidades indígenas, quilombolas e agricultores familiares. A inclusão dessas populações nas novas cadeias produtivas sustentáveis amplia o acesso a renda, educação e qualidade de vida.

Do ponto de vista ambiental, os principais benefícios incluem a redução das emissões de gases de efeito estufa, o combate ao desmatamento ilegal, a preservação da biodiversidade e a recuperação de áreas degradadas. Tais medidas colaboram diretamente com o cumprimento das metas internacionais assumidas pelo Brasil e fortalecem a imagem do país como referência global em sustentabilidade.

► Principais barreiras enfrentadas no Brasil

Apesar dos potenciais benefícios, a implementação do plano encontra diversos desafios estruturais, institucionais e culturais. Entre os principais obstáculos, destacam-se:

▪ **Falta de coordenação entre os entes federativos:** A execução do plano exige alinhamento entre governo federal, estados e municípios. No entanto, a ausência de articulação pode comprometer a eficácia das ações.

▪ **Infraestrutura institucional limitada:** Muitos órgãos públicos ainda não estão preparados técnica ou administrativamente para operar uma política de transição ecológica abrangente e integrada.

▪ **Financiamento inadequado:** Embora haja interesse internacional, o Brasil precisa ampliar mecanismos de financiamento verde e garantir estabilidade jurídica para atrair recursos privados.

▪ **Cultura de resistência à mudança:** Setores produtivos tradicionais podem oferecer resistência, principalmente quando as medidas exigem mudanças profundas em processos e mentalidades.

▪ **Déficit em capacitação técnica:** A escassez de profissionais qualificados para atuar nas áreas ligadas à economia verde limita o avanço rápido e seguro das medidas propostas.

Esses desafios requerem planejamento estratégico, diálogo entre os setores e políticas públicas bem estruturadas para mitigar riscos e garantir a continuidade das ações.

► O papel dos entes federativos, sociedade civil e setor privado

O sucesso do Plano de Transformação Ecológica depende de uma governança robusta e colaborativa. O governo federal tem o papel de liderar e coordenar o processo, mas estados e municípios devem participar ativamente da implementação local das políticas. Cada território possui suas especificidades socioambientais e econômicas que precisam ser consideradas na aplicação das ações.

A sociedade civil organizada, incluindo ONGs, movimentos sociais, instituições de ensino e associações comunitárias, tem papel estratégico na mobilização, fiscalização e educação da população sobre os temas ambientais. A participação social qualificada ajuda a legitimar as ações e aumentar o compromisso coletivo com a sustentabilidade.

Já o setor privado é protagonista na inovação e no financiamento da transformação ecológica. Empresas que adotarem práticas sustentáveis sairão na frente no acesso a mercados exigentes, linhas de crédito verdes e benefícios fiscais. O diálogo entre governo e iniciativa privada é fundamental para garantir que a transição aconteça de forma viável e competitiva.

COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS E BOAS PRÁTICAS

► Experiências exitosas de outros países

Diversas nações ao redor do mundo já adotaram estratégias de transição ecológica com resultados positivos. A análise dessas experiências é fundamental para que o Brasil compreenda caminhos possíveis, evite erros recorrentes e adapte modelos bem-sucedidos à sua própria realidade. A seguir, destacam-se alguns exemplos emblemáticos:

▪ **Alemanha:** Pioneira na transição energética (Energiewende), a Alemanha investiu massivamente em energias renováveis, com destaque para solar e eólica. O país adotou subsídios, metas ambiciosas e um cronograma claro para o abandono do carvão e da energia nuclear. Além disso, a política energética alemã se articula com educação técnica e inovação industrial.

▪ **Dinamarca:** Atingiu um alto grau de eficiência energética, apostando em energia eólica e planejamento urbano sustentável. O país prioriza o transporte por bicicleta, o aquecimento urbano com fontes limpas e uma matriz energética quase inteiramente renovável.

▪ **Chile:** É referência latino-americana na adoção de energias renováveis. Com forte investimento em energia solar no deserto do Atacama, o país desenvolveu políticas públicas que atraíram capital internacional e permitiram uma significativa redução na dependência de combustíveis fósseis.

▪ **Costa Rica:** Um dos exemplos mais notáveis de desenvolvimento sustentável, o país opera quase exclusivamente com energia renovável e tem políticas rígidas de conservação ambiental. O turismo ecológico e a proteção da biodiversidade geram impacto positivo na economia local.

▪ **China:** Apesar de ser o maior emissor de CO₂ do mundo, a China lidera globalmente em investimento em energia limpa e mobilidade elétrica. Grandes cidades chinesas já possuem frotas de ônibus 100% elétricas, e o país concentra a maior parte da produção mundial de painéis solares e baterias.

▪ **O que o Brasil pode aprender com esses modelos**

O principal aprendizado é que uma transição ecológica bem-sucedida exige planejamento de longo prazo, financiamento estruturado e forte articulação entre governo, setor privado e sociedade civil. As boas práticas internacionais demonstram a importância de:

- Definir metas claras, com indicadores de desempenho
- Criar incentivos econômicos para tecnologias limpas
- Investir em formação profissional e pesquisa
- Promover políticas públicas integradas e regionalizadas
- Garantir estabilidade institucional e segurança jurídica

Outro ponto fundamental é o uso estratégico dos recursos naturais. O Brasil, por exemplo, pode aprender com a Costa Rica e o Chile sobre como transformar a biodiversidade e o potencial solar em vetores de desenvolvimento sustentável e geração de valor internacional.

▪ **Adaptação à realidade brasileira**

Embora os modelos internacionais ofereçam inspiração, é essencial adaptar as estratégias à realidade sociopolítica, econômica e territorial do Brasil. O país possui desafios específicos como:

- Extensa desigualdade social e regional
- Presença de biomas diversos e ameaçados
- Pressão por crescimento econômico em curto prazo
- Forte dependência de commodities na pauta de exportação

Por outro lado, o Brasil também apresenta vantagens competitivas singulares, como a matriz elétrica já majoritariamente renovável, vastos recursos naturais e conhecimento acumulado em agricultura tropical e manejo florestal.

A adaptação bem-sucedida passa por fortalecer a governança ambiental, respeitar a pluralidade territorial e envolver as comunidades locais em todas as etapas da transição. Assim, o país poderá construir um modelo próprio de transformação ecológica, inspirado nas boas práticas internacionais, mas enraizado em sua realidade e vocações.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As mudanças climáticas globais emergem como um dos maiores e mais urgentes desafios enfrentados pela humanidade no século XXI, com repercussões que se estendem por diferentes dimensões da vida social, econômica e ambiental. A crescente aceleração das transformações climáticas nas últimas décadas exige não apenas uma análise científica aprofundada, mas também um exame das estratégias políticas, econômicas e sociais adotadas para enfrentar essa crise. Não mais um fenômeno distante ou uma questão periférica, as mudanças climáticas se consolidaram como uma das principais preocupações globais, mobilizando governos, organizações internacionais, a sociedade civil e a comunidade científica a buscar soluções urgentes e eficazes.

Historicamente, o clima da Terra sofreu variações naturais, como o efeito das glaciações e dos períodos interglaciais, mas a atual fase de aquecimento global, observada nas últimas décadas, é incomparavelmente mais rápida e intensa.

A ciência vem apontando de forma consistente que a principal causa dessa aceleração está relacionada às atividades humanas, em especial o uso de combustíveis fósseis, o desmatamento e as práticas agrícolas insustentáveis. A combustão de carvão, petróleo e gás natural libera enormes quantidades de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e óxidos de nitrogênio (NO_x), que provocam o aquecimento da atmosfera e geram desequilíbrios nos sistemas naturais da Terra.

Esses gases, que são essenciais para a regulação da temperatura global em níveis naturais, têm sido liberados em volumes sem precedentes desde a Revolução Industrial, intensificando o efeito estufa e acelerando o aquecimento global. O impacto disso sobre os ecossistemas, as sociedades humanas e a economia global está se tornando cada vez mais evidente. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), uma das principais autoridades científicas no estudo das mudanças climáticas, tem compilado e publicado dados detalhados sobre as consequências desse processo, oferecendo cenários que vão desde os mais otimistas, que indicam que podemos limitar o aquecimento a 1,5°C, até os mais pessimistas, que preveem um aumento de até 4°C até o final deste século.

As implicações desse aquecimento não são apenas ambientais, mas também socioeconômicas. As populações mais vulneráveis, especialmente as localizadas em regiões costeiras ou em áreas propensas a secas e desastres naturais, são as mais impactadas. Além disso, a pressão política para que os governos tomem decisões sobre como mitigar as emissões e adaptar-se a um novo cenário climático tem gerado intensos debates globais. A Conferência das Partes (COP), que reúne as nações signatárias da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), é um dos principais espaços onde se discutem as políticas climáticas internacionais, e seus desfechos têm grande impacto nas direções que as políticas públicas adotam.

CAUSAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS

As causas das mudanças climáticas podem ser divididas em duas grandes categorias: causas naturais e causas antrópicas. Embora as causas naturais desempenhem um papel nas variações climáticas de longo prazo, é indiscutível que as atividades humanas têm sido o principal motor do aquecimento global atual. A queima de combustíveis fósseis, o desmatamento e a agricultura são as principais responsáveis por essa transformação.

▪ **Queima de Combustíveis Fósseis:** A revolução industrial, iniciada no século XVIII, marcou o início da utilização intensiva de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural. Essas fontes de energia, essenciais para o desenvolvimento econômico e tecnológico, geraram uma significativa liberação de dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e outros gases de efeito estufa. O CO₂, por exemplo, é o principal gás responsável pelo aquecimento global e é liberado principalmente através da queima de combustíveis para a geração de eletricidade, no transporte e na indústria.

▪ **Desmatamento e Mudança no Uso da Terra:** O desmatamento, especialmente em regiões tropicais como a Amazônia, é uma das grandes fontes de emissão de gases de efeito estufa. As florestas desempenham um papel crucial na regulação climá-

ca, pois atuam como sumidouros de carbono, absorvendo o CO₂ da atmosfera. Quando as árvores são derrubadas ou queimadas, além de liberar grandes quantidades de CO₂ armazenado, perde-se também a capacidade da vegetação de capturar mais carbono. Estima-se que o desmatamento seja responsável por cerca de 10% das emissões globais de gases de efeito estufa.

▪ **Agricultura e Pecuária:** A agricultura moderna, especialmente a criação de gado, é responsável pela emissão de metano (CH₄), um gás de efeito estufa com um potencial de aquecimento global muito mais elevado do que o CO₂. Além disso, práticas agrícolas, como o uso de fertilizantes nitrogenados, liberam óxidos de nitrogênio (NO_x), outro potente gás de efeito estufa. O uso de pesticidas e fertilizantes também contribui para a degradação dos solos e para a emissão de gases que agravam o efeito estufa.

CONSEQUÊNCIAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS

As consequências das mudanças climáticas são vastas e atingem diretamente os sistemas naturais, a vida humana e a economia global. Dentre os impactos mais imediatos e preocupantes, destacam-se o aumento das temperaturas médias globais, o aumento do nível do mar, a intensificação de eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade.

▪ **Aumento das Temperaturas Globais:** O aumento da temperatura média global já é um fato consolidado. De acordo com o IPCC, desde o final do século XIX, a temperatura global aumentou em média 1,1°C. Esse aumento, embora pequeno, já é responsável por mudanças profundas nos padrões climáticos e meteorológicos. O aquecimento tem contribuído para a intensificação de ondas de calor, especialmente em regiões temperadas, onde os invernos têm se tornado mais suaves e os verões mais quentes.

▪ **Elevação do Nível do Mar:** O derretimento das calotas polares e das geleiras, aliado à expansão térmica da água do mar devido ao aumento da temperatura global, tem causado uma elevação dos níveis dos oceanos. O IPCC estima que o nível do mar subiu entre 15 e 20 cm no último século, e se as emissões não forem controladas, essa elevação pode atingir até 1 metro até 2100. Isso representa uma ameaça para milhões de pessoas que vivem em áreas costeiras, especialmente em cidades densamente povoadas como Miami, Nova York, Bangkok e Jakarta, que podem sofrer com inundações regulares e, em alguns casos, se tornarem inabitáveis.

▪ **Eventos Climáticos Extremos:** A frequência e a intensidade de eventos climáticos extremos, como furacões, secas, enchentes e incêndios florestais, aumentaram substancialmente nas últimas décadas. O IPCC alerta que, sem uma ação global coordenada, os eventos climáticos extremos se tornarão mais frequentes e intensos, com graves consequências para as populações afetadas e para a economia global. O impacto dessas catástrofes naturais pode ser devastador, causando perda de vidas, destruição de infraestrutura e migrações em massa de pessoas.

▪ **Perda de Biodiversidade:** O aquecimento global e a alteração nos padrões climáticos têm acelerado a extinção de espécies, especialmente aquelas que não conseguem se adaptar rapidamente às mudanças. Os recifes de corais, por exemplo, estão sendo particularmente afetados pelo aumento das temperaturas das águas oceânicas e pela acidificação dos oceanos. A perda de biodiversidade compromete a estabilidade dos ecossistemas e, consequentemente, os serviços ambientais essenciais, como a polinização, o controle de pragas e a purificação da água.

CENÁRIOS FUTUROS

Os cenários futuros para as mudanças climáticas dependem diretamente das ações que serão tomadas nas próximas décadas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e para adaptar as sociedades a um clima em transformação. O IPCC apresenta uma gama de possibilidades, que variam conforme o ritmo e a profundidade das intervenções políticas, sociais e tecnológicas.

Caso as emissões de gases de efeito estufa continuem em seus níveis atuais, é esperado que a temperatura global aumente entre 3°C e 4°C até o final deste século. Esse cenário implicaria em condições climáticas extremas que poderiam levar a uma perda substancial da biodiversidade, à submersão de cidades costeiras, ao colapso da agricultura em várias regiões e ao deslocamento em massa de populações. O aumento das migrações climáticas, especialmente das regiões mais pobres e vulneráveis, poderia causar instabilidade social e geopolítica em muitas partes do mundo.

Se as ações globais forem rápidas e eficazes, é possível limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2100. Esse cenário exigiria a transição rápida para fontes de energia renováveis, a implementação de tecnologias de captura de carbono e uma reestruturação das economias globais para modelos mais sustentáveis. Embora esse objetivo seja tecnicamente possível, as ações necessárias exigem uma mobilização sem precedentes dos governos e da sociedade civil, além de uma maior colaboração internacional.

EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS DO IPCC

O IPCC, formado por mais de 3.000 cientistas de diversas partes do mundo, tem sido fundamental para fornecer uma base científica sólida sobre as mudanças climáticas. Seus relatórios, que são revisados e atualizados periodicamente, oferecem uma visão detalhada das causas, efeitos e projeções das mudanças climáticas. O último relatório, publicado em 2021, revelou que a concentração de CO₂ na atmosfera atingiu níveis nunca vistos em 800.000 anos, com o maior aumento observado desde a década de 1950.

Além disso, o IPCC destacou que as alterações climáticas já estão ocorrendo em uma velocidade muito maior do que as projeções anteriores, e que os impactos já são visíveis. A escassez de água, os incêndios florestais e as secas prolongadas, que antes eram fenômenos raros, têm se tornado cada vez mais frequentes, desafiando a capacidade de adaptação das sociedades.

O painel também alertou sobre a necessidade urgente de uma ação global coordenada. Para evitar os piores cenários, é imperativo que os países adotem políticas climáticas ambiciosas e que a colaboração internacional seja intensificada. O Acordo de Paris, ratificado em 2015, estabelece a meta de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, mas o IPCC alertou que as atuais políticas de redução de emissões não são suficientes para atingir esse objetivo, sendo necessária uma ação muito mais robusta.

As mudanças climáticas representam um desafio global complexo e multifacetado, cujas causas são principalmente atribuídas às atividades humanas, mas cujos efeitos são sentidos de maneira transversal em todas as dimensões da sociedade. O aumento das temperaturas globais, a elevação do nível do mar, a intensificação dos eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade são apenas alguns dos muitos impactos que estamos presenciando. A ação política, tanto em nível local quanto global,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente de Contabilidade

CONTABILIDADE GERAL: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE; ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE

— Conceitos

Contabilidade é a ciência social que estuda, analisa e controla todos os registros que movimentam e permitem a variação do patrimônio de uma entidade. Essa entidade pode ser pessoa física ou jurídica, além de organizações sem fins lucrativos e governo.

Os registros e lançamentos contábeis apresentados através de relatórios, possibilitam aos gestores tomar decisões futuras mais assertivas. Para isso dispõe de alguns conteúdos fundamentais:

- **Objeto:** O estudo do patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) das entidades.
- **Objetivo:** Controle do patrimônio e análise de suas alterações ao longo de um período.
- **Finalidade:** Gerar informações aos seus usuários (público de interesse), facilitando a tomada de decisão.

Forma de Avaliação

A avaliação de ativos e passivos é feita através de bases de mensuração. Mensuração inicial é aquela que passa pelos passos de como registrar e depois, a mensuração subsequente.

A mensuração inicial será realizada através do custo da aquisição ou pelo valor justo.

No custo de aquisição estarão englobados todos os gastos necessários para a logística desde que arcados pelo comprador. Para o recebimento de uma doação, a mensuração ocorrerá através de um valor justo.

Já na forma subsequente, será necessário fazer uma nova mensuração, assim o registro não acontecerá de maneira que um ativo seja registrado por um valor além do justo. É o tipo de mensuração que fornece informações relevantes e tempestivas, auxiliando a tomada de decisão dos usuários.

Evidenciação

A evidenciação é o conjunto das demonstrações contábeis que apresenta a situação da entidade, como o Balanço Patrimonial, a DRE (Demonstração dos Resultados do Exercício), DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), DMPL (Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido), DVA (Demonstração do Valor Adicionado) e DRA (Demonstração do Resultado Abrangente) e Notas Explicativas.

É através desse processo que são retiradas as informações necessárias para a tomada de decisão e demais informações para os usuários da contabilidade.

Natureza

Na Contabilidade a escrituração é responsável pelos registros de todos os fatos contábeis, através de lançamentos de Débitos e Créditos, conforme as contas contábeis. Assim, cada conta contábil tem uma natureza.

A natureza contábil apresenta a “explicação” da origem das contas, que pode ser **devedora** ou **credora**.

As contas de Ativo e Despesas tem sua natureza devedora, pois apresentam onde foram aplicados os recursos. Já as contas do Passivo, Patrimônio Líquido e Receitas, são de natureza credora, explicando a origem dos recursos.

Contas Patrimoniais	Natureza	Variação – Aumento	Variação Redução
Ativo	Devedora	Débito	Crédito
Passivo	Credora	Crédito	Débito
Contas de Resultado	Natureza	Variação – Aumento Variação Redução	
Receita	Credora	Crédito	
Despesa	Devedora	Débito	

Espécie e Estrutura

A estrutura conceitual básica da contabilidade, com base no CPC 00, que é o pronunciamento contábil, apresenta as ferramentas para os relatórios contábeis, que devem representar fielmente a situação econômica das entidades. Suas principais características são:

– **Relevância:** É o conjunto de informações necessárias para tomada de decisão de todos os usuários, mas principalmente os gestores.

– **Apresentação fidedigna:** É de extrema importância que todos os números apresentados pelos relatórios contábeis estejam representando o mais próximo possível da situação real da entidade, sem erros.

Documentação Contábil

A documentação contábil representa o conjunto dos principais documentos de uma empresa, utilizados no momento da escrituração e formalização dos registros contábeis que são originários de acontecimentos como vendas, compras, prestação de serviços etc. Para isso, tais documentos não podem conter erros ou rasuras e precisam de arquivamento correto e de fácil acesso.

Existem diversos documentos contábeis, os mais importantes são:

– **Comprovantes de despesas diversas:** Conta de energia elétrica, água, aluguel, condomínio, telefone, internet e etc. Suas informações estarão disponíveis nos principais demonstrativos contábeis, como balanço patrimonial, DFC, DRE etc.

– **Notas fiscais:** Por meio desses documentos será possível comprovar a compra e venda de produtos ou serviços, apresentando o faturamento e todas as operações passíveis de tributação.

– **Extratos das movimentações bancárias:** Documentos que apresentam a movimentação financeira diária da entidade, também são considerados documentos contábeis pois registram as receitas e despesas, além de compor os demonstrativos contábeis.

– **Documentos trabalhistas:** Informações sobre os funcionários e da rotina do Departamento Pessoal, como folha de pagamento, recibos de pagamentos de salários e demais verbas pertinentes aos contratados com carteira assinada, contratos de trabalho, guia de recolhimento de FGTS etc.

– **Guias de impostos, taxas e tributos diversos:** GPS, DAS, DARF, IPTU etc.

Regimes de Apuração (dos resultados)

Os regimes de apuração da contabilidade são relacionados ao momento em que despesas e receitas são reconhecidas. Temos então, os regimes de caixa e de competência para orientar nosso entendimento na contabilidade.

Em algumas situações nas empresas, existe um desequilíbrio entre a data da venda e do recebimento, por exemplo, para minimizar alguma perda, é necessário encontrar o regime mais adequado a entidade. É fundamental levar em consideração as características dos dois regimes:

Regime de competência:

- Trata do fato propriamente dito;
- A receita será registrada quando ocorre;

– A despesa será contabilizada no momento em que é consumida;

– Está ligado ao regime econômico, que revela a condição do resultado da empresa demonstrado na DRE (Demonstração dos Resultados do Exercício), dentro de um período analisado;

– Exige a comparação das receitas com as despesas relacionadas; pois toda receita obtida terá um custo ou uma despesa associada, por exemplo:

a) Venda de mercadorias	R\$ 2.000,00
b) Custo das mercadorias vendidas	- R\$ 700,00
c) Apuração do resultado	= R\$ 1.300,00

Regime de caixa:

– Trata da movimentação de valores;

– A receita será registrada no período em que foi recebida;

– A despesa será contabilizada quando foi paga;

– Está vinculado ao sistema financeiro da empresa;

– É exposto na DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa), que apresenta a movimentação (aumento ou redução do período) do caixa através das entradas e saídas de valores.

Caixa e Competência

Caixa

Receitas e despesas são reconhecidas quando acontece a entrada ou saída de dinheiro, independente de quando houve o fato de origem.

No caso de uma compra parcelada em três vezes (15, 30 e 45 dias), o momento do lançamento contábil será a data do pagamento da primeira parcela, seguida da segunda e da terceira, todos em datas diferentes.

Competência

As despesas e receitas são reconhecidas quando ocorrem, ou seja, a partir do momento em que a nota fiscal é emitida; independente do seu pagamento ou recebimento, por isso, esse regime é conhecido como aquele associado ao calendário.

– **Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei federal nº 11.941/09 e suas alterações.**

As Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 foram criadas para alterar a Lei nº 6.404/76, conhecida como a Lei das SAs.

A Lei nº 11.638/2007, publicada na Edição Extra do Diário Oficial da União de 28.12.2007, passando a vigorar a partir de 01/01/2008. Com a legislação contábil atualizada, foram necessárias mudanças importantes; pois a contabilidade brasileira deveria se adequar aos padrões internacionais.

Mudanças muito benéficas também, pois essa relação com o exterior, facilitaria negociações globais e a entrada de investimentos estrangeiros.

Com o novo conjunto de regras, alterações fundamentais se fizeram necessárias, conforme o destaque a seguir:

a) A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR foi extinta;

b) Torna-se obrigatória a elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC e da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;

c) A DFC não é obrigatória às pessoas jurídicas com patrimônio líquido inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

d) A DVA é exigida para todas as companhias abertas;

e) O Ativo Permanente agora possui um novo grupo chamado “Intangível”, além dos já existentes “Investimentos”, “Imobilizado” e “Diferido”;

f) Fora extinta a “Reserva de Reavaliação” que deu lugar a conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial” que possui características diferentes;

g) Ainda no Patrimônio Líquido, fora incluído também a rubrica “Ações em Tesouraria”;

h) Foram extintas as reservas de capital “Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures” e “Doações e Subvenções para Investimentos”, sendo esta última, controlada na conta “Reserva de Incentivos Fiscais” e poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos obrigatórios;

i) A conta “Lucros e Prejuízos Acumulados”, deixa de existir, dando lugar a conta “Prejuízos Acumulados”, assim o resultado positivo deve ser controlado nas contas de reservas de lucros ou destinado de acordo com a determinação social.

j) Ocorreram alterações para a avaliação dos investimentos pelo Método da Equivalência Patrimonial que agora, não mais precisam ser relevantes.

Além das alterações relacionadas, foram adequados os critérios de avaliação dos ativos e passivos, a fim de contemplar os novos grupos de contas. A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, deverá elaborar normas de acordo com os padrões internacionais que tornar-se-ão obrigatórias para as sociedades abertas e grandes empresas e poderão ser observadas pelas demais sociedades.

Alterações através da Lei nº 11.941/2009

Com as novas condições contábeis, débitos sob a gestão da Secretaria da Receita Federal e pendências com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo saldos de programas anteriores de REFIS, PAES e PAEX; trariam oportunidade do parcelamento em até 180 (cento e oitenta) meses.

Também poderão ser parcelados os débitos decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto 6.006/2006, com incidência de alíquota 0 (zero) ou como não-tributados.

O parcelamento aplica-se aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive os que foram indevidamente aproveitados na apuração do IPI.

Poderão ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento, assim considerados:

I – Os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II – Os débitos relativos ao aproveitamento indevido de crédito de IPI;

III – Os débitos decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

IV – Os demais débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Podem ser parcelados os débitos de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS das sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada a que se referia o Decreto-Lei 2.397, de 21 de dezembro de 1987, revogado pela Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Redução de multa e juros - Os débitos que não foram objeto de parcelamentos anteriores poderão ser pagos ou parcelados com até 100% de redução da multa e 45% de juros.

Prazo de opção – A opção pelo pagamento a vista ou pelos parcelamentos dos débitos, deverá ser efetivada até o último dia útil de novembro de 2009.

Utilização de prejuízos fiscais – As empresas que optarem pelo pagamento ou parcelamento dos débitos tributários poderão liquidar os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprios.

O valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente.

— **Prezado aluno, é muito importante a leitura das Leis na íntegra, não deixe de consultá-las nos links abaixo:**

Leis nº 11.638/2007

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostra-integra?codteor=785083

Lei nº 11.941/2009

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostra-integra?jsessionid=FD2DD097F4503843F5E7BD8F9AA20F5C.proposicoesWebExterno2?codteor=679240&filename=LegislacaoCitada+-PLV+13/2009+%253D%253E+MPV+462/2009

CONTAS E PLANOS DE CONTAS; FATOS E LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Conceitos

Conta é a identificação técnica que recebe os elementos da variação do Patrimônio.

As contas podem ser analíticas (maior grau de detalhamento) e sintéticas (saldo calculado pela soma das contas analíticas, não aceitam lançamentos). As contas devem ser numeradas ou codificadas de acordo com as características dos elementos que representam.

Exemplo:

Contas	Número ou Código
Ativo	
Caixa	10.1
Contas a receber	10.2
Estoques	10.3
Terrenos	10.4
Passivo	
Contas a Pagar	20.1
Patrimônio Líquido	
Capital	30.1

Durante muito tempo, as contas eram registradas em um livro chamado Razão. Atualmente, as movimentações são registradas e armazenadas em planilhas eletrônicas, Softwares e programas ERP. Ainda assim, a estrutura de contas é conhecida como Razonete. Sua representação gráfica é apresentada em forma de T.

— Método das partidas dobradas

O conceito universal desse método é que o registro de qualquer operação implica que para um débito em uma ou mais contas, deverá existir um crédito de valor igual em uma ou mais contas. Dessa maneira, a soma dos valores debitados sempre será a mesma dos valores creditados, não havendo débito(s) sem crédito(s) correspondente(s).

— Contas De Débitos, Contas De Créditos E Saldos

Todo lançamento realizado no lado esquerdo de uma conta é denominado **Débito** e os lançamentos realizado do lado direito da conta são chamados **Crédito**. Para quem não entende bem esses conceitos, pensaram que débito seria algo prejudicial à empresa e crédito algo favorável. Porém, essas denominações são convenções contábeis, ou seja, uma espécie de regra da Contabilidade.

A diferença entre o total de débitos e o total de créditos realizados em uma conta, é denominada **saldo**. Caso os débitos sejam superiores aos créditos, a conta terá um saldo devedor; na situação contrária, a conta terá seu saldo credor.

(Título da Conta)

(lado do débito) (lado do crédito)

— Plano de Contas

Conceitos

O Plano de Contas é o grupo de contas previamente estabelecido que orienta as atividades da contabilidade de uma empresa com o objetivo de padronizar os registros contábeis.

Sua elaboração deve ser personalizada, com características próprias e de interesses individuais de cada entidade; tendo seu formato compatível as normas contábeis vigentes; não é preciso ser extenso, porém, deve ter contas suficientes para atender as necessidades da empresa.

— Elenco De Contas

O Elenco de Contas é o conjunto que determina a utilização das contas e os códigos utilizados pela entidade para os registros de atos e fatos administrativos, decorrentes da gestão do patrimônio.

— Função

Sua função é apresentar os componentes patrimoniais (bens, direitos e obrigações, além da Situação Líquida Patrimonial) e os itens de resultado (receitas e despesas).

— Funcionamento

Ocorre quando as operações de débito e crédito indicam a variação (aumento ou diminuição) dos saldos. (lado do crédito)

PROCEDIMENTO DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Conceitos

Escrituração é a técnica contábil que tem por objetivo o registro em livros específicos de todos os fatos que alteram o patrimônio. É a partir da escrituração que se desenvolvem as técnicas de demonstração, análises, auditoria, etc., e também a gestão do Patrimônio das empresas.

— Lançamentos Contábeis

Lançamento é o meio pelo qual se processa a escrituração.

Os fatos administrativos são registrados através do lançamento, primeiramente no livro Diário, mediante documentos que comprovem a operação (Notas fiscais, recibos, contratos, etc.).

Elementos Essenciais

O lançamento no livro Diário é realizado em ordem cronológica e os elementos que o compõem obedecem a uma determinada disposição:

- Local e data da ocorrência do fato.
- Veracidade do documento que foi emitido na operação.
- Identificação de elementos envolvidos na operação.
- Conta(s) de débito.
- Conta(s) de crédito.
- Histórico.
- Valor.

— Fórmulas De Lançamento

Para a realização dos lançamentos existem quatro fórmulas:

1ª Fórmula: para um lançamento com uma conta debitada e outra creditada.

Fato: recebimento de uma duplicata nº 1210, no valor de R\$ 700,00.

São Paulo, 30 de junho de XX	
Caixa	(Débito)
a Duplicatas a receber	(Crédito)
Recebimento de duplicata nº 1210 de Alpha e CIA	
R\$ 700,00	